



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E RACISMO NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ- CEARÁ

Evelín Alves Da Silva¹
Nathalia Diórgenes Ferreira Lima²

RESUMO

Esta discussão é desdobramento da pesquisa “Justiça reprodutiva e racismo no âmbito da atenção básica à saúde em municípios de pequeno porte: cuidado à gestação e ao abortamento na Região do Maciço do Baturité”. Dessa forma este plano de trabalho analisou como a violência obstétrica e o racismo estruturam as práticas de cuidado em situações de parto e abortamento de mulheres na Atenção Primária à Saúde, em município de pequeno porte no interior do Ceará, a partir de uma perspectiva interseccional, considerando raça, gênero, classe, e território e situando no campo da justiça reprodutiva. A pesquisa, de caráter qualitativa, utilizou revisão bibliográfica em bases científicas como o Portal CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com o recorte de tempo de 2019 a 2024 e utilizando o descritor “Violência Obstétrica”, filtros de artigo, idioma português, revisado por pares e produção nacional, sendo encontrados 117 artigos. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 16 profissionais de Unidades Básicas de Saúde. Os resultados evidenciam que a maioria dos profissionais possui compreensão frágil ou negacionista sobre violência obstétrica e o racismo na atenção básica, naturalizando práticas desumanizadoras, como episiotomia e a manobra de Kristeller, além de discursos moralizantes sobre o aborto. Nessa perspectiva, essa negação é um dos mecanismos centrais do racismo institucional, que opera de forma silenciosa, mas com consequências concretas sobre a vida e a morte da população negra. Portanto, os resultados evidenciam que a violência obstétrica não pode ser entendida apenas como más práticas individuais, mas como um fenômeno estrutural, compulsório e atravessado pelo racismo institucional. A ausência de informações, o pré-natal com fragilidades e a recusa em reconhecer especificidades raciais revelam o racismo institucional e a violência obstétrica presente no cuidado à gestação. Observa-se também o desconhecimento ou a omissão quanto ao aborto legal, reforçando desigualdades e expondo mulheres negras a maiores riscos como a mortalidade materna e o número de internações por abortamento que são os índices mais expressivos. Conclui-se que a violência obstétrica é atravessada por padrões patriarcais e racistas, demandando formações continuadas, humanização do atendimento e fortalecimento da Atenção Básica como espaço estratégico de enfrentamento. Nessa perspectiva, a Atenção Básica deveria desempenhar um papel fundamental no enfrentamento à violência obstétrica, por ser a principal porta de entrada do SUS e o espaço onde se desenvolve o acompanhamento do pré-natal e de toda a gestação. Além disso, a Atenção Básica pode atuar na desconstrução de padrões racistas e patriarcais que historicamente marcam o cuidado obstétrico, fortalecendo ações de humanização do parto especialmente para mulheres negras e em situação de vulnerabilidade social. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa, executada entre setembro de 2024 e agosto de 2025, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti), da Unilab.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Racismo; Atenção básica à saúde.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unidade Acadêmica do Palmares, Discente,
evelinalves@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unidade Acadêmica do Palmares, Docente,
nathaliadiorgenes@unilab.edu.br²